

Líder governista admite mudança

Brasília — Arnildo Schulz

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O líder do governo na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), reconheceu que será obrigado a negociar o aumento do imposto de renda de pessoa física para aprovar as 17 Medidas Provisórias do pacote fiscal. O governo, segundo o líder, pode abrir mão de um ano de vigência do aumento da alíquota. Ou seja, os 10% adicionais valeriam apenas para 1998. Em 1999, o imposto voltaria à alíquota anterior ao pacote.

“O governo apresentou suas medidas, cabe agora ao Congresso apresentar alternativas, se quiser modificá-las”, declarou Luís Eduardo, mostrando disposição em alterar as decisões da equipe econômica. A disposição do líder é consequência da reação do Congresso contra o aumento do IR. Ao contrário de outras ocasiões, desta vez, as críticas não partiram de deputados ou senadores do chamado *baixo clero*, mas dos próprios presidentes Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), do Senado, e Michel Temer (PMDB-SP), da Câmara, que levaram suas reclamações sobre o aumento do imposto ao presidente. Ainda assim, ACM anunciou que intensificará os esforços para a aprovação das reformas, realizando votações nos dois últimos fins-de-semana do mês.

Das 17 medidas provisórias que serão enviadas ao Congresso, as que tratam da questão tributária necessitam ser aprovadas ainda este ano, para entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998, em obediência ao princípio da anualidade exigido pela Constituição. Por esse motivo, Luís Eduardo Magalhães vai adotar um estilo pesado na ofensiva para aprovar o pacote, argumentando que é preciso enfrentar a crise internacional.

O governo tentará esvaziar os debates permitindo a convocação dos ministros Antônio Kandir, do Planejamento, e Pedro Malan, da Fazenda, para debater as medidas no Congresso. Isso evitaria, acreditam os governistas, a repercussão de críticas da oposição. Para aprovar o pacote, Luís Eduardo vai mobilizar até os governadores para obter o apoio da base governista, centralizando nela, não só os elogios, mas também as críticas. “Não vamos dar espaço para a oposição”, adiantou o líder.

Entre as sugestões para encontrar uma fórmula que substitua os R\$ 1 bilhão que seriam arrecadados com o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física, Temer e o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), sugeriram o aumento da alíquota de 0,20% para 0,25% da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). “Qualquer que seja o aumento na CPMF, será bem menos que de 10% na menor alíquota do imposto de renda da pessoa física que sobe de 15% para 16,5%”, defendeu Geddel. O PMDB designou o deputado Gonzaga Motta (CE) para coordenar uma comissão que vai sugerir em nome do partido sugestões para mudar o pacote fiscal.

O PFL resolveu defender a classe média se mobilizando pelas mudanças no pacote. Inocêncio anunciou que o partido “está disposto a tudo para evitar o sacrifício da classe média”, e vai buscar alternativas para evitar o aumento do IR e outras medidas impopulares. Outra bandeira do PFL será impedir o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os carros importados. “O setor automobilístico não pode ser penalizado duas vezes. Uma com o aumento da taxa de juros, outra com a elevação do IPI”, protestou.

Inocêncio encomendou um estudo técnico sobre qual poderia ser o impacto na arrecadação com a aprovação do projeto apresentado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, que criou o imposto sobre grandes fortunas, e que está engavetado na Câmara dos Deputados. Ele também pediu estudos para a criação de uma taxa de 0,2% sobre compras no exterior com cartão de crédito. “Esse povo gasta até dizer chega no estrangeiro e não quer pagar nada?”, questionou.



Maluf teve conversa de pé de ouvido com Delfim na convenção do PPB e depois foi recebido por Fernando Henrique no Alvorada